



## **A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ - BA E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

**Vanessa Vieira Souza**

Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia- Uesb  
Graduanda De Geografia  
vanessa\_vieira04@hotmail.com

**Miriam Clea Coelho Almeida**

Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia- Uesb  
Professora Dr<sup>a</sup> Do Departamento De Geografia  
miriamclea@gmail.com

### **Resumo**

O presente artigo objetiva analisar o processo de formação do território do município de Botuporã na Bahia e sua relação com o processo de produção do espaço urbano. Para tanto, inicialmente, apresenta-se os pressupostos teóricos da produção do espaço para, em seguida, focar no processo histórico de formação do município e, conseqüentemente, evidenciar as transformações socioespaciais ocorridas ao longo do tempo.

**Palavra Chave:** Produção do Espaço. Cidades. Município.

### **Introdução**

O município de Botuporã-BA, ao longo dos anos, teve seus limites territoriais modificados o que resultou em importantes alterações em seu espaço urbano e em sua dinâmica populacional. Com características de uma pequena cidade do interior do estado da Bahia, que cresce de forma lenta ao longo dos anos.

A cidade está localizada no território de identidade da Bacia do Paramirim. Possui uma população em todo seu território com pouco mais de onze mil habitantes, a área urbana apresenta, aproximadamente, quatro mil habitantes. No entanto, a maior parte da população reside no meio rural, apesar do crescimento da área urbana. O município formou-se no entorno da Fazenda Caititu. Com o desenvolvimento gradativo passou a ser distrito denominado Monte Belo e depois esse distrito foi emancipado e criado o município de Botuporã-BA. Este foi ao longo dos anos se formando com a sua



área urbana. Constitui-se hoje como uma pequena cidade que vivencia diversas transformações socioespaciais.

Como uma pequena cidade há pouca geração de emprego e renda, a agricultura que se baseia na policultura de milho, feijão e mandioca e na criação de bovinos e aves, a atividade comercial é insipiente e tem, em grande medida, a família ocupando os empregos gerados e um setor de serviços em que a Prefeitura Municipal é o seu principal promotor e empregador.

### **Noção de espaço como produto da existência humana**

A abordagem que se pretende construir nesse trabalho distancia das concepções que defendem a ideia de espaço palco, receptáculo ou base física para se apoiar no entendimento de que o espaço é o produto da sociedade. Assim, o homem na condição de sujeito histórico, produz e reproduz o espaço de acordo com os interesses de classe. Essa produção é ininterrupta, portanto, não finalística.

Nessa direção, apoia-se nas contribuições Lefebvre (2006) que, em sua obra *A produção do espaço*, traz o conceito de produção como as transformações realizadas no cotidiano. Com isso, a natureza passa a ser uma produção quando ela é modificada pelas ações humanas. Sem essa interferência, Lefebvre (2006) entende que a natureza seria somente concebida por Deus o criador, sendo uma obra e não uma produção, pois a natureza, não se cria, com propósito de trabalho, ela se cria sem a razão de ser, pois a flor não sabe que é flor, por esse motivo ela é uma obra, até o momento em que passa a ser útil para o homem, e passa a ser modificada, com razões estabelecidas. Lefebvre assim explica:

No entanto a natureza não trabalha; e é mesmo um traço que a caracteriza: ela cria. O que ela cria (a saber: “seres” distintos), surge e aparece. Ela os ignora (se não se supõe, na natureza, um deus calculador, uma providência). Uma árvore, uma flor, um fruto não são “produtos”, mesmo num jardim. A rosa não tem razão de ser, ela floresce porque floresce (2006, p.64).



Dessa forma, ele traz a produção do espaço, como o resultado das ações sociais. É no espaço que se concretiza as realizações da sociedade, com operações de troca de mercadorias, de capital, de produção de “coisas” diversas, sendo considerado o concreto, o real. O espaço é formado de múltiplos conhecimentos, é o objeto que permite a realização de seus sujeitos, materializado no homem. Lefèbvre assim o define:

O espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma sequencia e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto. Todavia, ele não tem nada de uma ficção, de uma irrealidade ou “ideologia” comparável àquela de um signo, de uma representação, de uma ideia, de um sonho (2006, p.66).

Desta maneira o espaço urbano, passa por constantes transformações ao longo do tempo, produz e se reproduz permanentemente. No mundo moderno, as cidades urbanas são tratadas por diversos autores, como Carlos (2007) que as relaciona a três dimensões: a econômica, articulada ao movimento do capital, e a sua realização com a produção e reprodução na cidade; a política, caracterizada pelo poder do Estado, responsável por organizar a sociedade, gerando uma produção de espaço padronizada; e a social, concretizada por meio da realização humana na cidade. Assim:

Podemos adiantar que a análise deve captar o processo em movimento e, no mundo moderno, esta orientação sinaliza a articulação de três planos: o econômico (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital – convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), o político (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e o social (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana) (CARLOS, 2007, p.21).



A produção do espaço passa por transformações ao longo da história, como antes do século XX tinha em seu sentido como produção de “coisas” (mercadorias e objetos), porém com o passar dos anos e com a expansão do capital, a produção do espaço passou a ter outra conotação como a de reprodução das relações sociais, como uma necessidade para a realização e reprodução do capital, tendo como articulador e controlador desse processo o Estado. Desta maneira, no modo de produção capitalista, o espaço produzido torna-se mercadoria pela lógica do capital. Com isso, toda produção do espaço realiza para toda a sociedade, no entanto, a apropriação de determinados lugares é privado, por consequência redefine o acesso diferenciado do espaço pela sociedade, organizando assim o uso do lugar. Além disso, o movimento dos novos conteúdos no espaço como o valor de troca é necessário para compreender a produção e reprodução espacial. Assim:

Trata-se, também, do momento histórico em que a expansão da mercadoria penetra profundamente a vida cotidiana, reorientando-a sob sua estratégia. É quando a propriedade privada invade-se de forma definitiva, redefinindo o lugar de cada um no espaço, numa prática sócio-espacial limitada pela norma, como maneira legítima de garantir acessos diferenciados. Portanto, trata-se do momento histórico em que a existência generalizada da propriedade privada reorienta e organiza o uso do lugar. Assim, o espaço-mercadoria se propõe para a sociedade como valor de troca, destituído de seu valor de uso e, nessa condição, subjugando o uso, que é condição e meio da realização da vida social, às necessidades da reprodução da acumulação como imposição para a reprodução social (CARLOS, 2011, p.61).

Dessa maneira, a produção do espaço é realizada por toda a sociedade e apropriada de forma desigual, existindo uma contradição no valor de uso e no espaço produzido com valor de troca, o que deixa evidente a segregação na sociedade e no espaço. Nota-se ainda que a relação do Estado nessa produção se dá no sentido de dominar e controlar o espaço, produzindo-o para ‘todos’, porém viabiliza uma apropriação diferencial e privilegiada para alguns.



É com base nesse entendimento de produção espacial que o processo de formação do território do município de Botuporã será analisado.

### **O processo histórico de formação do município de Botuporã**

Para contextualizar o processo de formação do território Botuporã-BA, optou-se por fazer um resgate da história de sua formação, que permitirá entender o processo de produção do espaço, na relação tempo-espaço.

O município de Botuporã-BA, de acordo com Silva (2012) se forma em torno da área rural nas localidades da Pedra, Pajeú, Lagoa D'água dos Costas, Taquaril, Sítio dos Móias, Preá e Lagoa D'água do São Francisco, esses povoados até os dias de hoje correspondem a área rural do município. A área urbana se constitui em torno de uma fazenda denominada Caititu, que faz referência à grande quantidade de animal caititu na localidade, popularmente conhecido como Porco do Mato. As terras desta fazenda pertenciam à família Torres dos Guedes de Brito, adquirida pela lei das sesmarias e permaneceu assim até 1762. Conforme relata Silva:

No final do século XVIII, com a morte de D. Joana Guedes de Brito herdeira direta de Antônio Guedes de Brito, ocorrida em 1762, todo aquele latifúndio foi esfacelado em pequenas e médias propriedades até por volta de 1890 ficar sob os domínios de Tertuliano José da Costa, com a denominação de Fazenda Caititu, devido a grande quantidade do animal Caititu, popularmente conhecido como porco do mato (2012, p.9).

Após a morte da última herdeira direta de Antônio Guedes de Brito, essas terras, ou parte delas, especialmente as que hoje se encontram Botuporã-BA, passaram para o domínio de Tertuliano José da Costa, em 1890. Posteriormente, no início do século XX, se registra a presença de duas famílias moradoras na área da sede da fazenda, lugar onde se origina a cidade de Botuporã-BA.



Os moradores Clemente Costa e Acúrcio de Oliveira foram de grande importância para a consolidação de Botuporã-BA, especialmente o segundo, visto as atividades que desempenhava. Silva relata:

No início do século XX a fazenda Caititu possuía dois moradores: Clemente Costa e Acúrcio José de Oliveira, o último um pequeno comerciante de tecidos, religioso introduz a devoção ao Sagrado Coração de Jesus e resultou da construção de uma capela em louvor ao santo núcleo embrionário da sede do município de Botuporã (2012, p.9).

Acúrcio de Oliveira foi o precursor da devoção do padroeiro da cidade, o Sagrado Coração de Jesus, ainda hoje importante símbolo religioso botuporanense. O crescimento da religiosidade desencadeou a necessidade da construção de uma capela, que foi concluída no ano de 1910. Foi no entorno dessa construção religiosa, Figura 01, que os primeiros vestígios da atual área que é a cidade de Botuporã foram construídos.

Figura 1-Primeira capela de Botuporã-BA, 1910



Fonte: Acervo de Nardioman Sousa.



Esse processo de urbanização relacionado a uma construção religiosa é comum à própria urbanização brasileira. Pois, no período colonial muitas cidades se formaram em torno de igrejas, devido a grande relação com o Estado. Dessa forma garantia a legitimação sobre as terras e a influência na vida espiritual das pessoas. Assim:

A criação dos núcleos urbanos vinha sempre acompanhada da construção da capela, que ocupava lugar de destaque. O pequeno núcleo de casas ao redor da capela (também chamado de patrimônio) poderia evoluir para a situação de paróquias ou freguesia, para depois se tornar uma vila (e mais raramente cidade), que deveria apresentar uma matriz ou capela ampliada, além da Casa da Câmara e Cadeia. Essas mudanças de status envolviam características jurídico-institucionais em que o papel da Igreja e do Estado se confundiam (MARICATO, 1998, p.10).

Desta maneira, a cidade de Botuporã-BA foi evoluindo ao redor da capela, passando por categorias como de fazenda para distrito e depois cidade, assim como ocorreu com diversas cidades brasileiras. Próximo à capela também estava localizada a feira livre e as principais atividades econômicas.

A principal atividade econômica desenvolvida por Acúrcio de Oliveira era o de comércio de tecidos, comprados em outras localidades e comercializados na cidade. Após a construção da capela se acentuou o comércio de tecidos, especialmente as confecções de roupas para as festividades da igreja, como: batizado, primeira eucaristia, casamentos e dentre outras. As roupas eram produzidas, por meio de trabalho artesanal de costureiras, que usavam máquinas de costurar manuais. Além de tecidos comprados também havia a produção dos mesmos em teares no fundo das residências, para a produção de roupas de algodão, utilizado apenas para uso familiar. Como definia Silva:

Atividade econômica era o comércio de tecidos, suas fazendas eram destinadas ao trabalho artesanal das costureiras, que fabricavam as roupas em suas casas utilizavam máquinas de costurar manual [...] roupas de algodão, feito artesanalmente nos teares, instrumento muito comum nos fundos das residências da época (2012, p.10).



Na década de 1920, em torno da capela na Fazenda Caititu, iniciou-se um comércio desenvolvido numa feira livre, que acontecia nas segundas feiras. A realização semanal da feira foi um dos fatores responsáveis pelo atrativo de pessoas para aquela localidade, principalmente comerciantes da região. Este fato contribuiu, sobremaneira, para o desenvolvimento econômico do povoado localizado na fazenda e influenciou o deslocamento de moradores rurais, com seus produtos primários para comercializar. Essa é uma característica que faz parte dos aspectos urbanos e rurais entrelaçados com o capital.

Logo ao amanhecer daquele dia a atual Praça Acúrcio José de Oliveira foi tomada por uma expressiva multidão. Nos caminhos e estradas que dava acesso ao povoado de Caititu o que se via era animais de cargas e carros de bois transportando os produtos oriundos da roça (SILVA, 2012, p.12).

A realização semanal da feira impacta diretamente no desenvolvimento da localidade, que se desenvolve lentamente ao longo do século XX. Pessoas do entorno imediato se fixaram ali, em razão do local dispor, mesmo de maneira incipiente, de comércio e de serviços. Outras pessoas, no intuito de seguir uma devoção mais fiel ao Sagrado Coração de Jesus, também passaram a residir na localidade. Um caso que representa esta situação é o de Rufino Neneu de Magalhães e sua esposa Regina Magalhães, que deixaram sua fazenda no povoado de São José, para morarem nas proximidades da igreja.

Com a construção da capela e da produção de tecido o lugar foi crescendo e houve o aumento da população. Assim, foi necessária a construção de uma igreja maior como mostra a Figura 02, para acomodar mais pessoas. O término da obra ocorreu no ano de 1978.

Figura 2. Segunda Igreja de Botuporã-BA, 1978.





Fonte: Acervo de Nardioman Sousa.

Com o tempo, o povoado que se formou em torno da capela, na fazenda Caititu, se transformou na sede de um distrito nomeado de Monte Belo, criado no ano de 1936, pertencente ao município de Macaúbas. O espaço foi sendo produzido e materializado com base nas relações da sociedade com a natureza, como lembra Carlos.

A ideia de cidade como construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulando ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza (2007, p. 20).

O distrito já dispunha de feira-livre, de casas de negócio e de serviços, porém não havia um cartório, tendo os habitantes que se deslocarem para tratarem de assuntos dessa natureza em outras localidades. Com o crescimento ao longo dos anos, foi transferido o cartório do Distrito da Lagoa Clara, para o Distrito do Monte Belo, que apresentava ter mais necessidade, devido ao aumento da população. Com o tempo foi adquirido também outros serviços como o de correios e farmácia. Até hoje Lagoa Clara, é um distrito que pertence ao Município de Macaúbas.



Vereadores na plenária de Macaúbas, mas que representavam o Distrito de Monte Belo redigiram e votaram a Lei de criação do Município de Botuporã-BA, que na sua etimologia significa montes belos em tupi-guarani. No dia 22 de março de 1962 o projeto de lei foi sancionado, e o Monte Belo se tornou o Município denominado de Botuporã-BA. Que foi crescendo ano a ano principalmente no aspecto urbano.

Depois do processo emancipatório, a cidade passou a receber vários recursos para suprir as necessidades da população. Como a implementação do posto de saúde como uma instituição pública do município, pois, antes dessa conquista a população carecia de atendimento em cidades vizinhas. Assim, também foi criada a escola Monte Belo no ano de 1970, mesmo de forma ainda precária, foi responsável por facilitar o acesso à educação, antes possível somente na cidade de Macaúbas e para as famílias que detinha poder aquisitivo. Aos poucos, o pequeno município foi transformando a sua paisagem, por meio da produção do espaço, principalmente no aspecto urbano, onde recebeu diversos empreendimentos básicos, após a sua emancipação.

### **Implicações dos desmembramentos territoriais para a economia municipal**

Atualmente o município Botuporã apresenta uma demografia bastante peculiar, devido ao fenômeno de desmembramento de dois municípios, e pela perda de população de forma gradativa, que pode ser observado pela Tabela 1 o contingente populacional.

Tabela 1- População, por situação de domicílio, do município de Botuporã-BA, de 1970 a 2010.

| ANO  | Total  | Situação de domicílio |       |        |       |
|------|--------|-----------------------|-------|--------|-------|
|      |        | Rural                 |       | Urbano |       |
| 1970 | 17.274 | 15.015                | 86,9% | 2.259  | 13,1% |
| 1980 | 21.032 | 17.400                | 82,7% | 3.632  | 17,3% |
| 1991 | 10.254 | 8.492                 | 82,8% | 1.762  | 17,2% |
| 2000 | 11.522 | 8.271                 | 71,8% | 3.251  | 28,2% |
| 2010 | 11.154 | 7.078                 | 63,5% | 4.076  | 36,5% |

Fonte: SEI, 2010.

Organização: Vanessa Vieira Souza



Desde o censo em 1980 até os dias atuais o município de Botuporã vem perdendo população. Vários aspectos contribuem para esse fenômeno, com destaque para o resultado do censo de 1991, pois conforme o IBGE, em 1980 o município possuía 21 032 habitantes em 1991 houve o registro de 10 254. Essa redução drástica da população se deu em decorrência da criação dos municípios de Caturama em 1989 e Tanque Novo em 1985, cujas áreas foram desmembradas do município de Botuporã. Nas décadas posteriores continua ocorrendo um decréscimo da população, cujas razões ainda carecem de uma investigação mais aprofundada. No entanto, esse processo de desmembramento acarreta ao município perda de população, que gera redução da força de trabalho disponível, redução do consumo e, conseqüentemente, enfraquecimento das atividades econômicas, sobretudo a comercial. Além da perda de território, que poderia ser utilizado para outras atividades econômicas a exemplo da agricultura e pecuária, no intuito de agregar valor econômico e social ao município.

A população rural apresenta maior concentração em relação à urbana, em todos os anos dos censos demográficos. Contudo, vem decaindo ao longo dos anos. Em contrapartida a população urbana em números absolutos e, especialmente, relativos vem aumentando. Mas, essa taxa de crescimento urbano não tem sido mantida, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) apresenta dados que no período de 1991 a 2000 a população residente na área urbana cresceu a uma taxa de 3,0% a.a, e que entre os anos de 2000 a 2010 cresceu a uma taxa de 1,1% a.a. O crescimento relativo da população urbana se deve, então, não necessariamente a um expressivo acréscimo de pessoas na cidade, mas, sobretudo, pelo deslocamento da população do campo para a cidade, embora registre-se uma perda populacional do campo também para outros municípios. Fator este, que necessita de uma pesquisa mais detalhada, no entanto, acredita-se que esse processo de perda de população no município, expressa a produção desigual e combinado do espaço, em que Botuporã em uma escala global serve como reserva de força de trabalho, sujeita a qualquer situação de necessidade do capital, para acumulação do lucro.



### **Considerações Finais**

A formação do território de Botuporã, passou por constantes transformações, de uma pequena fazenda até se tornar um município. O seu aumento gradativo na economia, proporcionou uma autonomia em relação à cidade vizinha de pertencimento. A sua formação territorial, associado à produção do espaço urbano, adquiriu ao longo do tempo, novas forma e funções. Que se efetiva até os dias atuais. Principalmente no aspecto populacional, que gera novas características ao município.

A dinâmica populacional do município é um dos fatores de implicações para o desenvolvimento econômico, pois, a perda de território acarretou a diminuição de espaços que poderiam ter sido utilizados para atividades comerciais, além da redução da população, que gera uma atenuação de consumo dentro do município, e assim também apresenta pouca oferta de força de trabalho. Dessa maneira, Botuporã em uma escala global é tida como um espaço de reserva de força de trabalho disponível para o capital, em condições de aceitar qualquer situação de trabalho, o que a insere na lógica do desenvolvimento desigual e combinado do espaço.

### **Referências**

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos Sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

LEFEVRE. Henri. **A produção do Espaço**. Trad. Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La Production de l'espace. 4. ed. Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, 2006.

MARICATO. Erminia. **Habitação e Cidade**. São Paulo: 3. ed. Atual Editora, 1998.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993, 157p.



SILVA, Uilson Magalhães. **Botuporã entre resgates e resaldos**. 2. ed. 2012. Gráfica Tanque Novo, 56p

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – **SEI**. Setores de atividades. Disponível em <  
[http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores\\_2904209.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2904209.pdf)>  
2017.